



Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 28 | 2011

Das leituras e dos leitores - Entre filologia e história

Contributo para o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura (1837-1847)

Contribution to the profile of the Real Gabinete Português de Leitura reading public (1837-1847)

Fabiano Cataldo de Azevedo



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/189>

DOI: 10.4000/cultura.189

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2011

Paginação: 103-124

ISSN: 0870-4546

Reférence eletrónica

Fabiano Cataldo de Azevedo, « Contributo para o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura (1837-1847) », *Cultura* [Online], Vol. 28 | 2011, posto online no dia 18 abril 2013, consultado a 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/189> ; DOI : 10.4000/cultura.189

Contributo para o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura (1837-1847)

Fabiano Cataldo de Azevedo*

Esta casa [Gabinete Português de Leitura] mostrará também que aquelles que a fundaram não desaprenderam, com a emigração, de amar a gloria litteraria do seu berço, a obra dos seus escriptores, e a heroica sonoridade da sua lingua, flôr do Lacio, dourada pelos reflexos do Mediterraneo, perfumada pelas essencias embalsamadas da Arabia, lingua cantante, espumosa e rubra [...].¹

Esse artigo é um dos resultados produzidos por uma pesquisa de quatro anos sobre a história da formação do acervo do Real Gabinete Português de Leitura (RGPL), no Rio de Janeiro. A sistematização dos conceitos adveio das discussões no grupo de pesquisa *Biblioteconomia, Cultura e Sociedade*², e em conjunto com professores do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras. A pergunta: “Como nasce um Gabinete de Leitura?” foi o motor que nos levou a principiar a pesquisa. O objeto de investigação foi o RGPL, e o problema de a pesquisa identificar os critérios que propiciaram a política de seleção do acervo da Instituição. O recorte temporal foi os anos de 1837 a 1847 porque através da análise na documentação compulsada, verificamos que se tratava de período chave para formação do acervo.

No que respeita à bibliografia acerca de estudos sobre Gabinetes de Leitura, já nos anos 80, a Dra. Manuela Domingos relatava a escassez de produção em Portugal. No Brasil, o tema tem figurado apenas em capítulos de excelentes monografias. Em *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*, a Dra. Ana Luísa Martins³ apresentou importantes contribuições acerca da situação política e social

* Real Gabinete Português de Leitura.

¹ ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO. *50º Aniversario: 1887*. Rio de Janeiro: Typ. Italia, Curvello d'Avila & C., 1888, p. 20.

² Coordenado pela Profª Drª Simone Weitzel, do departamento de Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

³ MARTINS, Ana Luísa. *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

do Rio de Janeiro na época que o RGPL foi fundado, não faltando ao seu estudo breves considerações sobre o acervo. Já em *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*, a Dra. Tânia Bessone Ferreira⁴ tratou em breves linhas da fundação do RGPL e analisou amiúde dados referentes ao Catálogo de 1858, concluindo que “houve ênfase nos cuidados de manutenção do acervo bibliográfico, significativo para médicos, advogados e comerciantes”⁵. A pesquisadora considerou o Gabinete como um “espaço de sociabilidade” que “teria sido responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre os frequentadores”⁶. Em sua tese, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*, o Dr. Nelson Schapochnik⁷ estabeleceu conexões entre os Catálogos da Sociedade Germânica, *British Subscription Library*, *Bibliotheca Fluminense* e Gabinete Português de Leitura. Apresentou ainda análise do acervo do RGPL no ano de 1858 e sistematizou várias informações que contribuíram como ponto de partida para a formulação do problema de pesquisa na nossa investigação.

Se tivemos nos trabalhos supracitados um norteador metodológico, a base histórica fundamental foi a grande quantidade de documentação manuscrita do acervo do RGPL. Praticamente inéditas, essas fontes compõem a “Memória do Real Gabinete”, tendo como documentação principal as *Actas da Sessão da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura*⁸. A essa documentação somou-se a compilação dos dados do *Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, datado de 10 de setembro de 1837. Ambos os documentos, Atas e Relatório, constituíram a espinha dorsal da pesquisa e foram exaustivamente cotejados com objetivo de entender o processo de formação do acervo mediante os critérios de seleção. Para o estudo da maneira que o acervo evoluiu, e como reflexo da Política de Seleção do Acervo, os catálogos impressos do RGPL também foram essenciais, sobretudo os publicados em 1840, 1844 e 1846.

Foram inúmeras as considerações e resultados que obtivemos pela investigação empreendida. Nesse artigo, porém, temos o objetivo de apresentar alguns aspectos do perfil do

⁴ FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. 1994. 313f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

⁵ FERREIRA, 1999, *op. cit.*, p. 103.

⁶ FERREIRA, 1999, p. 103.

⁷ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁸ Nossa relação com essas fontes antecede – como já dissemos – ao estabelecimento do problema dessa pesquisa. Como parte das atividades do estágio curricular, realizamos a leitura e indexação desses documentos. No total foram indexadas 1806 Atas do período de 1837 a 1937. Durante esse processo, ativemo-nos aos seguintes assuntos: formação do acervo; planejamento para a construção do prédio na Rua Luís da Camões e fatos históricos relacionados ao Gabinete Português de Leitura.

leitor do RGPL. Interessa-nos, sobretudo, sua caracterização. Para delinear a “face” dessas pessoas que utilizaram o acervo, partimos do método clássico aplicado em estudos de bibliotecas particulares, qual seja, pelo acervo identificar características do possuidor. No caso em questão, dadas as circunstâncias em que o RGPL foi fundado, isso é absolutamente possível. Por essa razão, nesse artigo recortamos ainda mais o período tratado para os anos de 1837-1847.

Ao perquirir passo a passo os relatos nas Atas e nos Relatórios verificamos o cuidado e atenção que o grupo fundador teve ao considerar o tipo de acervo que passariam a adquirir. Além das questões ideológicas e culturais, ao estabelecerem solenemente a 10 de setembro de 1837 o parâmetro *magno* de aquisição para a língua portuguesa, pensaram no público que passaria a utilizar a coleção, afinal uma coleção só se justifica pelo uso que se fará dela.

Há um imbricamento entre seleção do acervo e público alvo; demonstrando um conhecimento pouco comum dessa relação, o grupo fundador do RGPL teve extrema atenção nessa seara. José Marcelino da Rocha Cabral – primeiro presidente da Instituição – e seus companheiros e sucessores, no período analisado, foram extremamente modernos e pioneiros no processo de formação de acervo, e em razão disso, não foi por acaso que já no final do século XIX o RGPL era umas das principais coleções do país e se tornou o único modelo de Gabinete de Leitura que progrediu. Através de uma abordagem exploratório-descritiva e utilizando características do acervo, tentaremos nesse artigo delinear a figura do seu leitor. É objetivo, igualmente, deste artigo, dar ciência e despertar interesse para uma documentação pouco consultada na Instituição.

As palavras do sócio honorário do Gabinete, José Duarte Ramalho Ortigão, pronunciadas no 50.º aniversário da fundação da Instituição e inauguração do monumental prédio sede, em 1887, serviram de marca d’água à redação deste trabalho. Elas refletem a *anima* da primeira geração daqueles que além de fundadores foram os primeiros leitores.

A fundação e estrutura de funcionamento nos primeiros anos

Decorreu sem desfalecimento o labor dos homens de 1837 e dos que se lhes seguiram na direção do novo instituto. Houve dificuldades, crises, mesmo lutas, mas de tudo triunfaram a dedicação e a pertinácia dos sucessivos dirigentes e colaboradores do Gabinete. Efectuaram-se aquisições preciosas, receberam-se dádivas magníficas, foi-se organizando o catálogo, tomaram-se louváveis iniciativas culturais, filantrópicas e cívicas⁹.

⁹ CORREIA, António Augusto Mendes. *Discurso*. In: TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: primeiro centenário, 1837-1937*. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937], p. 197.

A citação acima é extremamente pertinente ao propósito que delimitamos para a abordagem da criação do RGPL. Embora fazendo um recorte na primeira década de sua existência, temos exata noção de como foi primordial a estruturação que o grupo de fundadores delineou para a Instituição. As palavras citadas, escritas cem anos após a fundação do Gabinete, corroboram para esse pensar. De fato, “decorreu sem desfalecimento” ao longo desses 170 anos o trabalho iniciado por José Marcelino da Rocha Cabral e Francisco Eduardo Viana.

Na tarde de 14 de maio de 1837¹⁰, “pessoas das diversas classes da emigração portuguesa”¹¹ dirigiram-se para o sobrado n. 20 da Rua Direita (hoje Primeiro de Março), casa do advogado português António José Coelho Lousada¹². A seção foi presidida pelo conselheiro João Baptista Moreira, na época cônsul geral de Portugal¹³. Para que isso acontecesse, os maiores esforços para criação da “primeira organização portuguesa no Brasil após a Independência”¹⁴ foi dos emigrantes José Marcelino Cabral e Eduardo Alves Viana¹⁵.

Há um contexto que circunda essa fundação e a vinda desses portugueses para o Brasil, sobre a qual cabem aqui simples e breves considerações. Com a morte de D. João VI em março de 1826¹⁶, a linha sucessória recaía sobre D. Pedro I. Contudo, esse, como imperador do Brasil, não poderia ser rei em Portugal¹⁷. Assim, envia sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grã-Pará, para assumir o trono. Contudo, seu tio, D. Miguel, empreendeu uma luta para usurpar o trono em seu favor¹⁸. De 1826 a 1834, Portugal viveu a denominada *Campanhas da Liberdade* que separou a sociedade portuguesa¹⁹. Foi um período de luta sangrenta e perseguições.

Assim, “fugidos às perseguições miguelistas, muitos homens que haviam combatido pelos novos princípios da liberdade”²⁰ emigraram para o Rio de Janeiro. Nesse grupo esta-

¹⁰ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 14 maio 1837.

¹¹ MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Oficina de Castro Irmão, 1880, p. 402.

¹² DIAS, Carlos Malheiro Dias. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. *Sessão comemorativa do 347.º Aniversario da Morte de Camões e do 90.º Aniversario da Fundação do Gabinete*. Rio de Janeiro, 1927, p. 8.

¹³ MONTÓRO, *op. cit.*, 1880, p. 403.

¹⁴ CORREIA, *op. cit.*, 1937, p. 197.

¹⁵ MONTÓRO, *op. cit.*, 1880, p. 403.

¹⁶ Cf. BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro: 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913, p. 9.

¹⁷ Cf. OLIVEIRA MARTINS, J. P. *Portugal contemporaneo*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1881. v. 1, p. 4.

¹⁸ Cf. BARROS MARTINS, *op. cit.*, 1912, p. 10.

¹⁹ OLIVEIRA MARTINS, *op. cit.*, *passim*.

²⁰ DIAS, *op. cit.*, 1927, p. 6.

vam José Marcelino da Rocha Cabral e Eduardo Alves Viana. O primeiro era advogado e, o segundo, Carlos Malheiro Dias, chegara ao Brasil com 30 anos²¹, em 1828. Aqui viera encontrar “António José Coelho Louzada, Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Caetano Alberto Soares e outros advogados portugueses de boa nomeada que o haviam precedido na emigração”²². Do segundo, não restam muito detalhes biográficos, sabe-se apenas que era comerciante, estabelecido com casa comercial na Rua do Ouvidor²³. Além de sua significativa importância cultural, a cidade do Rio de Janeiro, naqueles primeiros anos da Independência, como na maior parte do Brasil, “não mais cultivava as tradições lusas, e, muito pelo contrário, procurava erradicar a influência metropolitana”²⁴. O ensino da língua francesa crescia, assim como o gosto por seus autores. Em conjunto com outros fatores já discutidos e ainda por apresentar, restam poucas dúvidas de que o critério *magno* de seleção, isto é, o idioma português, espelhava o desejo dos fundadores do RGPL em reagir pacificamente a uma sociedade “culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada em trocar os arquétipos culturais lusitanos [...]”²⁵. Buscaram não somente criar uma Instituição de caráter associativo, mas também oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana, onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula.

[...] o emigrado luso que aportava no Rio de Janeiro, embora igualmente marcado por ‘francesismos’, ressentia-se do acanhado do meio, e estava em busca de parte de sua identidade pátria. [...] Acrescente-se que para esses homens, familiarizados com o avanço dos centros europeus, eram poucos os recintos de ilustração disponíveis no Rio de Janeiro, e mesmo assim restritos à uma elite que desfrutava dos postos de mando da administração.²⁶

Essas palavras da Dra. Ana Luísa Martins representam um excelente reflexo da “ambiência” da então capital do Império no primeiro quartel do século dezenove. Muitos emigrantes vinham de um Portugal desejoso de implementar a leitura, e no Rio de Janeiro, todavia, encontraram poucos lugares onde poderiam usufruir do que era produzido em seu país. Além disso, “pouco cultivados eram então os literatos portugueses”²⁷ e “até mesmo a literatura [brasileira] deixava de ser um reflexo das letras portuguesas [...]”²⁸.

²¹ DIAS, *op. cit.*, 1927, p. 10.

²² BARROS MARTINS, A. A. *op. cit.*, 1912, p. 12.

²³ MONTÓRO, *op. cit.*, p. 402.

²⁴ MARTINS, *op. cit.*, 1995, p. 35.

²⁵ *Loc. cit.*

²⁶ MARTINS, *op. cit.*, 1990, p. 36.

²⁷ *Loc. cit.*

²⁸ *Loc. cit.*

Tomando como base a situação política e social na capital do Império, o discurso inaugural de José Marcelino da Rocha Cabral se torna claramente compreensível.

[...] não posso resistir ao entusiasmo que me inspira a presença da primeira reunião de portugueses, que tem havido no Imperio em um estabelecimento próprio, por elles creado, no intuito da sua illustração, da illustração geral e de concorrer para restaurar a gloria litteraria da sua patria!²⁹

Essas palavras do primeiro presidente do Gabinete corroboram a nossa afirmação de que havia um público-alvo em mente. Além disso, objetivava servi-lo da língua portuguesa e sua literatura que naquela terceira década do século XIX corria o risco de ser obliterada. O Gabinete, então, passaria a constituir um espaço onde esse público poderia sorver a cultura produzida em Portugal. E mais ainda, constituiria memória do país que deixavam por situações políticas contrárias a seus objetivos.

Após a formalização da criação da Instituição, na Rua Direita, n.º 20, o Gabinete teve sua primeira sede numa casa alugada à Rua São Pedro, n.º 83³⁰. A primeira sessão com os acionistas ocorreu em 10 de setembro de 1837³¹. Em novembro de 1837, encontra-se a primeira informação a respeito do horário de funcionamento, de segunda a sábado, o Gabinete abria as portas às 10 horas da manhã e fechava às 12 horas, retornava às 16 horas e seguia até às 20 horas. Aos domingos e dias santos funcionava das 16 horas às 20 horas³². Foi um período de grande movimento para a composição do acervo, Martins sugere que o progresso do RGPL pode ser atestado pela publicação do seu primeiro catálogo em 1840³³. O espaço desse prédio não deveria ser tão pequeno, pois que em 18 de outubro de 1840, uma das salas foi cedida para a Sociedade Portuguesa de Beneficência realizar suas sessões³⁴, mas de certo, não grande o bastante para abrigar o acervo que crescia. Em 1838, possivelmente em razão do volume de livros que aumentava, houve movimentos para alugar outro imóvel; de princípio negociaram o aluguel de uma casa à Rua da Alfândega, n.º 29, contudo o negócio malogrou³⁵. Um ano depois, novas negociações, desta vez para

²⁹ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837, pp. 10-11.

³⁰ MONTÓRO, *op. cit.*, 1880, p. 402.

³¹ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório...* 1837.

³² GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas...* 1837-1847. 20 nov. 1837.

³³ MARTINS, *op. cit.*, 1990, p. 39.

³⁴ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas...* 18 out. 1840.

³⁵ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas...* 20 out. 1838, 19 nov. 1838, 3 dez. 1838.

um imóvel localizado à Rua do Ouvidor³⁶, pela ausência de comentários nas Atas, devem ter tido o mesmo resultado da anterior. Em 25 de novembro de 1839, a diretoria autoriza as negociações para alugar uma casa na Rua da Quitanda³⁷ com semelhante insucesso. Em 1841, começam a negociar a compra – e não mais aluguel – de um imóvel na Rua da Alfândega³⁸. O fato é que provavelmente em meados do primeiro semestre de 1842, o RGPL muda para o n.º 55 daquela rua³⁹. Nesse endereço havia funcionado a tipografia do jornal *O Despertador*, de propriedade de José Marcelino da Rocha Cabral⁴⁰.

Carlos Montóro nos fornece mais detalhe acerca desse período:

[...] em 1843, quando fui pela primeira vez espectador dos trabalhos desta Instituição, estava ela estabelecida à Rua da Quitanda, 55, e já contava avultado número de volumes. [...] Os homens de mais elevada posição na colônia portuguesa, os que possuíam maior fortuna, merecimento, ou graduação científica, rivalizavam para pertencer à sua diretoria. No seio das classes ilustradas da nação brasileira, também era geral o apreço a esta instituição [...].⁴¹

O autor chama atenção para o “avultado número de volumes”, assim impelidos pela necessidade de expansão para os livros e para admissão de novos sócios, o Gabinete muda-se em abril de 1850 para o n.º 50 da Rua dos Beneditinos⁴². De lá até o atual prédio em estilo manuelino da Rua Luís de Camões, inaugurado em 10 de setembro de 1887, a história do Gabinete é composta por fatos que enaltecem ainda mais a capacidade administrativa dos nobres varões⁴³ que o criaram, pois foi do intenso e intensivo trabalho levado a termo nos dez primeiros anos que resultou toda uma linha de ação que pode ser observada nas décadas que se seguiram.

O estabelecimento do horário de funcionamento não implicou em abertura do Gabinete. Ao longo do ano de 1837, e mesmo antes da solene fundação em 14 de maio, a Diretoria empenhou-se em equipar a Instituição, tanto de mobiliário quanto do material bibliográfico, desejava abrir as portas já com acervo disponível aos usuários. Em relatório delibera que “instava que se mandasse subscrever, ao menos, alguns periódicos da

³⁶ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, *op. cit.*, 17 jun. 1839.

³⁷ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, *op. cit.*, 25 nov. 1839.

³⁸ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, *op. cit.*, 25 nov. 1839.

³⁹ MONTÓRO, *op. cit.*, 1880, p. 407.

⁴⁰ *Loc. cit.*

⁴¹ MONTÓRO, 1856 *apud* TAVARES, *op. cit.*, 1970, pp. 32-33.

⁴² MONTÓRO, *op. cit.*, 1880, p. 407.

⁴³ MONTÓRO, *op. cit.*, 1880, p. 402.

Europa, a tempo de poderem estar aqui quando se abrisse o Estabelecimento⁴⁴. O quadro abaixo ilustra o fluxo dessa atividade, além de deixar evidentes as prioridades do idioma:

Quadro 1: Orçamento para junho a dezembro de 1837

EMPREGO	VALOR	%
Compra de livros no Rio de Janeiro	600\$000	7,5
[Compra de livros] em Portugal e Europa	3,000\$000	37,5
[Compra de livros] no Rio de Janeiro p. livros estrangeiros	300\$000	3,75
[Compra de livros] na Europa [para livros estrangeiros]	1,700\$000	21,25
Estantes	600\$000	7,5
Mobília	400\$000	5,0
Estatutos e impressão	240\$000	3,0
Timbre, Apolise e Sello	220\$000	2,75
Extraordinarios	100\$000	1,25
Saldo que servira p ^a occorrer ás despesas ordinarias	840\$000	10,5
Soma	8,000\$000	100

Fonte: GPL. *Actas...*, 4 jul. 1837

Por esse orçamento é possível constatar que 70% da verba, ou seja, 5,600\$000 foram destinados à compra de livros. De acordo com outros detalhes que virão a seguir, “livros estrangeiros” significavam livros em outros idiomas e não simplesmente editados em outros países. Para esses foram destinados 25% do total da verba. Para os livros em português ou traduzidos a verba foi maior, isto é, 45%, o que denota a aplicação dos critérios de seleção para a formação do acervo que no mês seguinte formalizariam.

Somente em 22 de janeiro de 1838, porém, foi deliberada a abertura do Gabinete, mas só para acionistas. Não foi localizada, contudo, nenhuma menção à data de abertura para subscritores. A leitura dos livros e periódicos do Gabinete – como era lugar-comum em seus congêneres – foi franqueada a ambos perante o pagamento de quantia que variava. De acordo com os *Estatutos do Gabinete* de 1841, o acionista poderia requerer a ação por si ou ser apresentado por outro. Era condição *sine qua non* ser português e deveria pagar a quantia de “3\$000 rs. por semestre, nos mezes de Janeiro e Julho de

⁴⁴ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório...*, *op. cit.*, p. 9.

cada anno⁴⁵. Já os subscritores poderiam ser “pessoas de um e outro sexo, e de qualquer nacionalidade”. Para ser admitido necessitava ser proposto por um acionista e aprovado pela Directoria e poderiam subscrever “por três, seis, ou doze mezes, pagando no 1.º caso 4\$000rs, no 2.º 7\$000 e no 3.º 12\$000rs adiantados⁴⁶. Ambos deveriam “sêr bem morigerado e de occupação honesta⁴⁷ e estava facultado o acesso aos livros da biblioteca e a leitura de periódicos. Note-se que o valor pago pelo acionista é inferior ao do subscritor, contudo o primeiro tinha o dever de “tomar e possuir uma ou mais acções, pagando seu valor como a Directoria determinar⁴⁸ – ainda segundo o mesmo Estatuto.

É inquestionável que o Gabinete surgiu como uma associação para reunir portugueses – na figura desses acionistas e subscritores – e representou um espaço de sociabilidade importante para esse grupo. Não pode, contudo, deixar de ser considerado que para as primeiras gerações que o freqüentaram e administraram o objetivo primordial era sua função como uma biblioteca portuguesa na corte do Rio de Janeiro.

Em busca do perfil do público-leitor do GPL

Não obstante o estabelecimento das classes dos freqüentadores em acionistas e subscritores, pairam algumas questões: Qual o perfil dos leitores do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro entre os anos de 1837 a 1847? O que liam? Liam em casa e/ou na própria Instituição? Que tipo de usuários eram essas pessoas? Buscavam leitura de formação e/ou leitura de fruição e lazer? Quais foram os livros mais lidos?

Essas são algumas das várias inquirições que nos fizemos ao longo dessa pesquisa, porém, para poucas delas encontramos resposta. A imagem do plácido leitor estampado no selo do Gabinete (Ilustração 1) encanta e aguç a curiosidade. Nela, velado



Ilustração 1. Timbre para as apólices. Seu desenho foi oferecido gratuitamente ao Gabinete por M. Bollanger em 14 de junho de 1837.

⁴⁵ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos...* 1841, p. 5.

⁴⁶ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos...* 1841, p. 15.

⁴⁷ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos...* 1841, *loc. cit.*

⁴⁸ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos...* 1841, *loc. cit.*

pelo busto de Camões, ele lê confortavelmente um livro apoiado num porta-livro de madeira, sob uma mesa guarnecida de luz, penas para as possíveis notas e ao fundo uma estante com alguns volumes. O leitor representado é jovem, veste-se de forma elegante, poussa delicadamente uma das mãos sobre o livro e a outra sobre a perna direita – solenemente lê. Para nós, ele é a representação de uma geração de acionistas e subscritores que passaram pelo RGPL e contribuíram sobremaneira para seu crescimento.

Pela leitura e análise das Atas e Relatórios do RGPL que tivemos oportunidade de compulsar, identificamos quatro fases que caracterizam a seleção do acervo, a saber:

Quadro 2: Fases de seleção

FASE DE SELEÇÃO	PERÍODO
1. ^a	1837-1847
2. ^a	1847-1874
3. ^a	1874-1887
4. ^a	1887-1937

Fonte: GPL. *Atas...* 1837-1937

Essas “fases” na realidade refletem outra variação, isto é, do público-leitor do Gabinete. Por exemplo, se num primeiro momento a seleção e aquisição de obras e a assinatura de periódicos em língua francesa não gerava problemas, em outro momento isso aconteceu, como ilustrado num relatório de 1861. Nele o relator, além de confirmar a primazia do romance como predileção entre os leitores, afirma que havia um pequeno número de acionistas que os procuravam na língua original, e diante da dificuldade de aquisição de obras traduzidas para o português, a diretoria deliberou que o correspondente na Europa passasse a comprar obras em espanhol para atender aos demais leitores⁴⁹.

Outro fator de mudança no perfil do público leitor foi a expansão das classes dos subscritores à medida que a Instituição foi se sedimentando, prova disso é que já nos idos de 1842 “era honra no commercio pertencer-se ao Gabinete”⁵⁰. Perquirindo as informações cotejadas nos Relatórios e Atas, verificamos que a Diretoria estava atenta ao perfil dos usuários do acervo que foi mudando com o passar dos decênios, pois

⁴⁹ Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Relatório*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverença, 1874, p. 7.

⁵⁰ BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1901, p. 26.

[...] as sucessivas emigrações de Portugal desde 1842, haviam trazido para o Rio de Janeiro moços com applicação á nova litteratura, que desejavam a reforma das collecções da Bibliotheca e mais alargamento do circulo de influencias que até então haviam gerido a instituição.⁵¹

A primeira fase de público-leitor é representada justamente por portugueses liberais, egressos das academias de Direito e Medicina, sobretudo de Coimbra. Carlos Malheiro Dias, em discurso proferido na sessão comemorativa do 347.º aniversário da morte de Camões, afirmou que “destacava-se, entre os muitos emigrados que os navios à vela transportavam para o Rio de Janeiro, um grupo de antigos escolares de Coimbra, bacharéis em Direito, homens das Leis [...]”⁵².

Assim, para compreendermos o perfil do público do Gabinete nesses primeiros anos, é imperioso voltarmos o olhar a Portugal a fim de analisar qual formação que esses emigrantes tinham em seu país de origem. Afinal, foram esses portugueses “comprometidos com suas lutas íntimas de oposição aos privilégios, buscando a liberdade, e pregando a igualdade e a fraternidade”⁵³, os primeiros leitores da Instituição.

Entender o estofo cultural e acadêmico desse grupo de emigrantes é importante para desfazer uma imagem obnubilada por alguns equívocos. Ainda está amalgamada no “inconsciente coletivo” do brasileiro – sobretudo – uma representação do português inculto que veio para o Brasil para integrar as lavras comerciais e, posteriormente, substituir mão-de-obra escrava. Não desconsideramos que tenha havido esse fluxo, contudo, com base na literatura observamos que houve também outro tipo de emigrante.

Em Portugal desde o início do século XIX já havia iniciativas para a dinamização da leitura e fixação do público leitor. Nessa seara, “a par dos textos originais proliferam as traduções de obras estrangeiras” e com o objetivo de conquistar o leitor “organizam-se coleções literárias”⁵⁴. Devido ao valor dos livros, a leitura pública foi “incentivada com a criação dos gabinetes de leitura, e posteriormente com o aparecimento das bibliotecas públicas e a instituição das bibliotecas populares”⁵⁵. E ainda, somando-se às ações governamentais, os acadêmicos de Coimbra participaram de um processo cujo objetivo era que o “gosto da leitura se tornasse extensível a um público mais alargado”⁵⁶.

⁵¹ MONTORO, *op. cit.*, 1880, p. 409.

⁵² DIAS, Carlos Malheiro Dias. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. *Sessão comemorativa do 347.º Aniversario da Morte de Camões e do 90.º Aniversario da Fundação do Gabinete*. Rio de Janeiro, 1927, p. 6.

⁵³ MARTINS, *op. cit.*, 1990, p. 43.

⁵⁴ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, 1999, p. 191.

⁵⁵ RIBEIRO, *loc. cit.*

⁵⁶ RIBEIRO, *op. cit.*, 1999, p. 192.

Dessa maneira, em solo *conimbricense*, o movimento em prol da leitura foi grande e o apoio dos jovens acadêmicos foi fundamental. Em 1821 surge a *Sociedade Tradutora e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir e de Encadernar*, formada por Francisco Luís Gouveia Pimenta, Leonel Tavares Cabral, Joaquim Alves Maria Sinval (bacharéis em direito), Inácio António da Fonseca Benevides, Joaquim José Fernandes (bacharéis em medicina) e João Aleixo Pais (bacharel em cânones). Ribeiro conclui que, “mesmo não tendo concretizado estes objectivos, o apoio destes jovens da Universidade de Coimbra ao movimento da leitura foi significativo”⁵⁷.

Ainda a despeito da influência que traziam consigo, Guedes afirma que:

só a popularidade dos gabinetes de leitura em Portugal pode explicar, parece-nos, que aqueles dois portugueses [Francisco Eduardo Alves Viana e José Marcelino da Rocha Cabral] tenham escolhido aquela designação para a novel instituição.⁵⁸

Na literatura consultada foram raros os textos encontrados que tratassem de modo sistemático o fluxo e características dos emigrantes das décadas de 1830 e 1840. Por isso, o artigo *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista* do Dr. Jorge Fernandes Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos serviu de panacéia, porque fornece alguns detalhes a respeito desse assunto. Segundo o autor:

[...] no movimento migratório que anualmente saía de Portugal, particularmente no distrito do Porto (aquele cujas características aprofundei), é possível detectar entre 1836 e 1880, *várias especialidades profissionais que só se compreendem com um apreciável nível de alfabetização, ou mesmo formação mais elevada*. Desde logo os profissionais ligados ao comércio, para quem não bastavam as primeiras letras, exigindo-se-lhes a escrita comercial com os formalismos inerentes a exigirem pelo menos habilitação prática adquirida em estabelecimentos comerciais [...]. Mas os cirurgiões da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que (tal como os de Lisboa) em Portugal eram preteridos nas nomeações face aos médicos da Universidade de Coimbra, tendo portanto na emigração para o Brasil uma importante saída de profissional.⁵⁹

Essas palavras contribuem para endossar o perfil desses portugueses que chegaram aos portos brasileiros. Como se observa, vinham munidos de uma formação acurada e, como

⁵⁷ RIBEIRO, *op. cit.*, 1999, p. 192.

⁵⁸ GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1987, p. 171.

⁵⁹ ALVES, Jorge Fernandes. *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 20, 1999, p. 294, grifo nosso.

vimos, influenciados do clima cultural que Portugal com esforço tentava dinamizar. O autor ainda apresenta outro tipo de emigrado: médicos formados no Porto. E, além desse, o comerciante que possuía uma formação além das primeiras letras.

Continuando seu artigo, o professor José Fernandes expõe que alguns dos jovens que emigravam vinham sem profissão. Porém, possuíam uma “formação escolar que muitas vezes ultrapassava as competências primárias do saber ler, escrever e contar” e quando chegavam aqui – tomados de ambições literárias – se “dedicavam ao jornalismo ou às belas-letas, particularmente a poesia”⁶⁰.

Anos antes, em estudo pioneiro sobre a história do Gabinete, Montóro informa que “não foram só trabalhadores do Minho e da Beira que acudiram ao novo estado”⁶¹, isto é, ao Rio de Janeiro nos anos 30 do século dezanove. O mesmo autor conclui sua ponderação descrevendo que:

[...] entre os emigrantes houve homens como os illustres jurisconsultos José Marcelino da Rocha Cabral, Antonio José Coelho Lousada, Francisco Freire de Carvalho, Tiburcio Caetano Craveiro, Caetano Alberto Soares, Bernardo Ribeiro de Carvalho, Adolpho Manoel Victorino da Costa e outros não menos honrados e distintos, que reuniam às virtudes civicas a vastidão do saber, as largas aspirações do espirito e fé robusta no progresso.⁶²

Como se nota, o autor elencou vários nomes do rol dos fundadores do RGPL e fez absoluta questão em ressaltar as qualidades intelectuais destes, como se observa em todo seu discurso. A citação ainda é válida porque reforça a idéia de outras classes que afluíram na emigração⁶³.

Na análise sobre os emigrantes vindos do norte de Portugal, Alves acredita que essa emigração “incluía um componente relativamente importante de ‘letrados’ cujas qualificações seriam consideradas supérfluas numa sociedade rural e rotineira”⁶⁴. Não obstante, essa mesma sociedade pregava que o imigrante deveria ter preparação escolar antes da vinda para o Brasil⁶⁵ para facilitar a absorção no mercado de trabalho.

A diretoria do Gabinete não descurou da necessidade do público que afluiria ao acervo. Fato revelado pelas palavras impressas no Relatório de 1837: “tractamos de reunir, quanto

⁶⁰ ALVES, *op. cit.*, 1999, p. 294.

⁶¹ MONTÓRO, *op. cit.*, 1880, p. 401.

⁶² MONTÓRO, *loc. cit.*

⁶³ Desses grupos houve quem assistisse e incentivasse anos mais tarde a fundação da Caixa de Socorros D. Pedro V e do Liceu Literário Português.

⁶⁴ ALVES, *op. cit.*, 1999, p. 296.

⁶⁵ Cf. ALVES, *loc. cit.*

possível, elementos de instrução geral, tendo, contudo, particularmente em vista as classes de leitores, que provavelmente há de concorrer ao Gabinete”⁶⁶. A esse respeito, Shapochinik, ao considerar que, “para satisfazer as necessidades mais imediatas desses leitores, provavelmente constituído por estudantes e comerciantes em ascensão, foram adquiridas obras contemporâneas”⁶⁷, ilustra com outros elementos os leitores potenciais da Instituição e a atenção do grupo fundador em atendê-los. Para Alves, essa atenção da diretoria é um reflexo do “grande esforço dos emigrantes portugueses no Brasil em busca da ilustração própria e alheia”⁶⁸; essa característica certamente contribuiu para que anos depois o Gabinete fosse um dos motores para a fundação do Liceu Literário Português. Como vimos, havia entre as falanges de emigrantes muitos jovens e não faltou atenção à formação desses também. Por essas considerações apresentadas, é imprescindível que fique patente que não ousamos afirmar que o público do Gabinete era formado essencialmente de letrados. Contudo, os dados colhidos nos catálogos levam-nos a acreditar que representavam maioria.

Por uma breve análise nos catálogos do Gabinete observamos assinaturas de periódicos portugueses e ingleses cujo assunto era o comércio e a indústria. Houve ainda uma preocupação com obras de referência, sobretudo dicionários. Como será mais detalhado adiante, há presença maciça de romances entres os títulos mais avultados no acervo. Esses dados nos levam a confirmar que José Marcelino da Rocha Cabral, João Joaquim Pestana e José de Almeida e Silva, responsáveis pela seleção do acervo, tinham em foco o público que utilizava o acervo tanto em suas necessidades profissionais, no caso dos periódicos e outras obras técnicas, quanto para o lazer, referindo-nos aos romances.

Os relatos nas Atas nos revelaram que os leitores do RGPL – que num primeiro momento foi composto apenas por acionistas – estavam muito interessados na leitura de periódicos, sobretudo comerciais, de várias praças do Império e da Europa. Os exemplos são inúmeros, todavia, podem-se citar alguns que consideramos representativos, no que refere à formação e os interesses dos usuários do RGPL. Em 22 de Janeiro de 1838, o tesoureiro foi autorizado a assinar “hum jornal Commercial em cada huã das principais Provincias do Imperio”⁶⁹. Em maio do mesmo ano, tendo em vista a problemas com a importação de algumas folhas de Lisboa, o acionista António Ferreira Brandão ofereceu para uso do Gabinete “o Periódico Nacional de que [era] assignante”⁷⁰ até que a situação se normali-

⁶⁶ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos...* 1841, p. 6.

⁶⁷ SCHAPOCHNIK, *op. cit.*, 1999, p. 106.

⁶⁸ ALVES, *op. cit.*, 1999, p. 301.

⁶⁹ *Op. cit.*, 22 jan. 1838.

⁷⁰ *Op. cit.*, 21 maio 1838.

zasse. Contudo, não eram só títulos comerciais e políticos. Em 18 de novembro de 1839 a diretoria encaminhou uma carta ao agente em Lisboa, Thomas José Pereira Lima; nela, dentre outros assuntos, foi enfatizado o desejo de assinar o *Archivo Theatral*, e cobrava os seis primeiros números do *Universo Pittoresco*, pois só haviam recebido o número 77¹.

A procura por notícias era muito grande entre os leitores do Gabinete. O Tesoureiro Luís Miguel Afonso declarou na Sessão da Diretoria que os acionistas que ficaram sabendo da chegada de periódicos de Lisboa e da Inglaterra “mostravão grande desejo de ler essas folhas”⁷². Outro exemplo, a cópia de uma carta transcrita no *Livro do Copiador* destinada a Thomas José Pereira Lima, agente do Gabinete em Lisboa, revela aspectos desse público:

[...] enquanto a falta de periodicos pelos navios estrangeiros que os não trouxerão bem se vio que alguma coiza sobrenatural teria dado occasião a esta falta, porem a Directoria espera que Vs^a alem de Corretor dos despachos em quem confiou se previna pelo meio que mais bem se lhe prorcionar afim de lhe não escapar occasião alguma taes remessas, e ainda quando hajão de sahir este porto, duas ou mais embarcações no mesmo dia, repetir em todas as remessas de periodicos, para evitar a esta administração o desgosto de dar satisfações a tantos concorrentes que no acto da chegada de navios procurão as noticias recebendo grande descontentam¹⁰ quando as não alcanção, e toda a despeza extraordinaria q neste objecto fizer a Directoria lhe leva a em conta.⁷³

É factível supor que dentre esses que esperavam ansiosos, estavam os leitores das folhas comerciais e literárias. Enquanto os primeiros buscavam as notícias atualizadas no âmbito comercial para seus negócios aqui e fora, os últimos queriam informações sobre os últimos impressos vindas à luz nas tipografias européias.

Outro dado que confirma a ilustração do público que concorria ao Gabinete é o grande número de livros em francês. Parece um indicador, numa época em que o número de anal-fabetos tanto no Brasil quanto em Portugal era considerável, o fato de assinarem periódicos ingleses e franceses; tal facto revela que os leitores eram indivíduos pertencentes a uma pléiade que teve educação acadêmica, ou ex alunos de liceus.

A exemplo dos doutores Tânia Bessone e Nelson Schapochinik, que compilaram dados referentes ao idioma e assunto no Catálogo do Real Gabinete de 1858, tomamos como universo de análise a edição de 1844. O escrutínio dessa publicação revelou o seguinte panorama:

⁷¹ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Livro do Copiador*, 18 nov. 1839.

⁷² GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas ...* 20 nov. 1837.

⁷³ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Livro do Copiador*, 18 nov. 1839, grifo nosso.

Quadro 3: Relação de idioma com números de publicação

IDIOMA	N.º
Português	1474
Francês	1234
Inglês	77

Fonte: GPL. *Catalogo...* 1844.

Quadro 4: Relação de assuntos mais representativos e número de títulos

ASSUNTO	N.º
Novellas	421
Litteratura	312
Historia	296
Poesia	181
Politica	109
Theologia e Culto	98
Medicina	68
Viagens	67
Direito	61
Theatro	61
Commercio	41

Fonte: GPL. *Catalogo...* 1844.

Embora o século XIX ainda estivesse sob a influência da língua francesa, acreditamos que a escolha por esse idioma refletia as características dos usuários, para os quais não era barreira. Além, é claro, “das deficiências do mercado editorial luso-brasileiro e a preocupação em cobrir um amplo espectro de temas impunham, necessariamente, a aquisição de obras editadas em outro idioma”⁷⁴. No que tange à relação assunto/idioma notamos – não

⁷⁴ SCHAPOCHNIK, *op. cit.*, 1999, p. 122.

sem curiosidade – que as *Novellas* eram compostas de 406 obras em língua portuguesa e doze em língua francesa. Já em *Litteratura* prevalecia o francês, com 157 obras, e o português, com 126. A primazia da língua dos *Lusíadas* também era vista na História, com 191 itens e no verbo de Voltaire, com 98.

Em âmbito português, Rebelo conclui que:

[...] apesar dos objectivos sociais que algumas destas instituições [Gabinetes de Leitura] assumiam, os gabinetes eram considerados como instituições de leitura destinadas essencialmente à burguesia, pelo que dificilmente poderiam servir um público mais humilde que, embora ávido de leitura, não possuía o estatuto nem os recursos necessários para nele se poder integrar.⁷⁵

Ainda na ambiência lusitana, Ribeiro afirma que “o aluguer tornava-se apesar de tudo bem mais acessível do que a aquisição de uma obra”⁷⁶ e destaca que, mesmo assim, “nem todos os sectores sociais podiam pagar a assinatura mensal de um gabinete de leitura”⁷⁷. Já no que respeita ao público leitor, a autora afirma que era restrito a uma pequena burguesia composta de intelectuais, políticos e outros letrados⁷⁸.

Carlos Montóro nos fornece um pouco mais detalhes, até porque foi testemunha da época relatada. Ao tratar da década de 40 do século XIX, ele conta que:

[...] No seio das classes ilustradas da nação brasileira, também era geral o apreço a esta instituição, e bastará apontar entre os vultos ilustres que a protegeram, o grande estadista, Ministro da Justiça na Regência de Araújo Lima, Bernardo Pereira Vasconcelos. Não era raro ver subir aquele que era alma de muitas situações políticas, as escadas, para ele tão difíceis, do estabelecimento, vir consultar as suas coleções e praticar com os empregados, dos progressos da instituição, que prezava como sua.⁷⁹

A memória de Montóro ainda revela que não só o português, pelos idos dos anos 40, aumentava a freqüentação no Gabinete, mas também o brasileiro. E estes, como vimos, pertenceriam à categoria de subscritor. Observa-se que além de um *status quo* e das pos-

⁷⁵ REBELO, Carlos Alberto. As instituições de leitura. In: _____. *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares, 1870-1910*. Porto: Campo das Letras, 2002, p. 78.

⁷⁶ RIBEIRO, *op. cit.*, 1999, p. 195.

⁷⁷ RIBEIRO, *loc. cit.*

⁷⁸ Cf. RIBEIRO, *op. cit.*, 1999.

⁷⁹ MONTORO, 1856 *apud* TAVARES, *op. cit.*, 1977, pp. 32-33.

sibilidades simbólicas de pertencer a esse ícone da cultura lusitana, certamente que havia o interesse pelas obras que já lotavam as estantes do GPL⁸⁰.

Houve ainda um público que passou despercebido por Barros Martins⁸¹, Taborda⁸² e Tavares⁸³: *as mulheres*. Ana Luisa Martins⁸⁴, ao tratar dos Gabinetes de Leitura em São Paulo, tece alguns comentários a respeito do público leitor feminino dessa instituição, mas, sobretudo do Gabinete de Leitura de Sorocaba. A autora paulista verificou que, “embora sócia do Gabinete e leitora em potencial, a participação da mulher naquela instituição se dava, sobretudo no âmbito social, organizando *soirées*”⁸⁵, e ainda considera que “a retirada dos livros fosse por iniciativa das senhoras dos sócios, na sua maioria de tradicionais famílias sorocabanas”⁸⁶. No caso ressaltado, ocorrem dois tipos de leitoras: a sócia e a esposa do sócio, uma com sua participação na instituição e a outra como a possível motivadora pela locação do livro.

Rosa Esteves – em seu estudo pioneiro –, ao analisar o catálogo de Mlle. Férin e de Pedro Bonnardel⁸⁷, conjectura que “de um modo geral [...] o aluguer de livros terá servido pequenos/médios funcionários, e/ou suas *mulheres e filhas*”⁸⁸.

Manuela Domingos, tanto com base nas análises propostas por Esteves quanto no estudo da iconografia da época, considera que houve um provável público feminino que alugava os livros. A mesma autoria sugere que, se poucos homens sabiam ler, muito menos as mulheres⁸⁹. Ribeiro conclui – com base nos anúncios de jornais portugueses – que haveria um público leitor feminino⁹⁰.

Enfim, o fato é que alguns autores consideraram as mulheres como leitoras dos Gabinetes, contudo faltou-lhes a ditosa ventura de encontrar nomes. Em nossa investigação fomos privilegiados por esses pormenores.

⁸⁰ Cf. SCHAPOCHNIK, 1999, p. 108.

⁸¹ BARROS MARTINS, *op. cit.*, 1901, 1913.

⁸² Cf. TABORDA, *op. cit.*, 1937.

⁸³ Cf. TAVARES, *op. cit.*, 1977.

⁸⁴ MARTINS, *op. cit.*, 1999.

⁸⁵ MARTINS, *op. cit.*, p. 288.

⁸⁶ MARTINS, *loc. cit.*

⁸⁷ A chamada Casa Bonnardel foi o primeiro gabinete fundado em Portugal entre os anos de 1814-1815. O *Cabinet de lecture de la Librairie Belge et Française* “terá tido a sua origem, em 1839, na Rua Nova do Carmo, por Mademoiselle Férin.” ESTEVES, Rosa. Gabinetes de Leitura em Portugal no séc. XIX : 1815-1853. *Rev. da Universidade de Aveiro*, v. I, 1984, p. 224, grifo nosso.

⁸⁸ ESTEVES, 1984, p. 234, grifo nosso.

⁸⁹ DOMINGOS, Manuela D. O público dos Gabinetes de Leitura. In: *Estudos de sociologia da cultura: livros e leituras do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985. (Coleção Temas de Cultura Portuguesa, n.º 10), p. 170.

⁹⁰ RIBEIRO, *op. cit.*, 1999, p. 195.

Na reconstrução do público leitor do RGPL dos primeiros anos de sua fundação, localizamos nas atas dos anos 30 a presença feminina. Se no caso acima há detalhes que favoreceram a autora a chegar a suas conclusões, os dados que compulsamos só nos permitem apresentá-los sem ousar inferências.

A primeira menção ao caso está relatada na Ata de 29 de Julho de 1839: “O Senhor Claudio Joze da Silva propôs p^a Subscriptora a Senhora D. Carolina de Noronha Torreção, e não se havendo ainda deliberado, se o secço feminino deveria ser admitido, ficou nesta parte por decidir a proposta”⁹¹.

Essa proposta deve ter reverberado entre os presentes, uma vez que não havia precedente – a crer pelo conteúdo das Atas pesquisado. Contudo, como um aspecto revelador da disposição da diretoria, não houve pronta recusa, antes decidiram ponderar em conjunto com o Conselho Deliberativo. Perscrutamos as atas do conselho, mas não houve menção à nova postulação.

Quatorze dias depois, a 15 de Agosto, a diretoria coloca a questão em votação: “Pondo-se em deliberação se poderão ser admittidas a Subscrever no Gabinete, pessoas do Secço feminino, depois de algumas observacoes venceu-se que sim, *por unanimidade*”⁹². Assim D. Carolina de Noronha Torreção⁹³ tornou-se a primeira mulher subscritora do RGPL. Pela análise dos discursos contidos nas Atas notamos que a expressão “por unanimidade” só era usada pelos relatores quando a questão em votação tinha uma conotação muito séria e digna de maior apreciação. A proposta apresentada à Diretoria merece atenção igualmente porque esta senhora poderia ter acesso aos livros através de outros subscritores ou acionistas – pois “nada nos garante que estes não emprestassem os livros dali retirados”⁹⁴. Entretanto a sra. Noronha Torreção preferiu ela mesma ser responsável por seus empréstimos, tornando-se subscritora.

Por essas informações e outras subseqüentes que colhemos, não há como saber se esta senhora freqüentou o Gabinete como leitora ou se ocasionalmente alugava os livros de seu interesse. Não constam ainda nas Atas outros nomes de mulheres que foram propostas como subscritoras. Todavia, quase que por serendipidade localizamos cinco listas – que seguem como nosso objeto de pesquisa em outro projeto – que arrolam livros emprestados. Essas listagens foram compiladas pelo “Guarda da Biblioteca”, funcionário responsável

⁹¹ GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas...* 29 jul. 1839.

⁹² GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas...* 15 ago. 1839.

⁹³ Até o momento que finalizamos essa pesquisa não havíamos encontrado detalhes biográficos sobre ambos, acionista proponente e subscritora.

⁹⁴ Cf. AUGUSTI, Valéria. *Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. Leitura, teoria & prática*, Campinas, n. 32, p. 16, dez. 1998.

por um trabalho administrativo no âmbito acervo⁹⁵. Este funcionário atendia aos consulentes, localizava os livros nas estantes e recebia os formulários de pedidos. Segundo as normas de uso da biblioteca impressas no Catálogo de 1844, o sócio ou acionista desejoso de locar uma obra deveria preencher um formulário. É possível que essas listagens tenham sido compostas com base nesse formulário que deveria ficar no Gabinete até o retorno da obra⁹⁶.

Esses documentos de “prestação de contas” permitem uma série de abordagens e análises quanto às leituras e interesses dos sócios. Nesse artigo, vamos nos ater apenas à presença de mulheres na *Relação das obras fora do Gabinete com recibos dos Sns^{rs} Socios e Subscritores na ocasião do Balanço*, composta por Manoel Pereira de Carvalho, em julho, 1845. Essa é a listagem mais completa, pois além de apresentar o nome da pessoa que retirou o livro indica o título – estes de forma abreviada ou como eram conhecidos popularmente. Por ela sabemos que Raquel Maria Cordeiro alugou o *best-seller* da época, *Corina*, da Mme. de Staël-Holstein; já D. Maria Luísa de Portugal preferiu outro sucesso de então, *As aventuras de Estevão Gonçalves*, de La Sage; Nina Rosa T. dos Santos retirou o 5.º e o 6.º volumes do *Cours de Littérature Française*, de Villemain; D. Carolina Sergio Velloso tomou em empréstimo *O Fantasma Branco*. A preferência de Camille Trinocq foi pela *Geographia Universal*, de Adrien Balbi e Rita Clara de Araújo, Condessa de Sarapuí, locou o famoso romance daqueles dias, *Nossa Sra. de Pariz*, de Victor Hugo.

A lista *Obras que se acham fora com bilhetes*, feita por Francisco de Paula Cunha, em abril de 1842, só relaciona nomes dos sócios e o número de tomo das obras. Nela localizamos as senhoras Ana Joaquina de Oliveira e Silva e Raquel Maria Cardoso dos Santos.

Os títulos lidos por essas subscritoras confirmam o perfil do período, ou seja, romances, no caso traduzidos da língua francesa. Contudo, contrariando um pouco o tipo de leitura “prevista” para esse tipo de público, há dois livros técnicos, um de geografia e outro de literatura, este na língua original.

Diante do exposto nas linhas acima podemos propor o seguinte quadro ilustrando o público do GPL:

⁹⁵ Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Estatutos...* 1841.

⁹⁶ Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Catalogo...* 1844.

Quadro 4: Público do GPL, 1837-1847*

1837-1840	1840-1847
Médicos	Médicos
Advogados	Advogados
Comerciantes	Comerciantes
	Professores
	Estudantes
	Intelectuais

Fonte: o autor.

- * É imprescindível esclarecer que os dados apresentados nesse quadro não são em *absoluto* conclusivos; merecem um estudo ainda mais acurado. Sua apresentação, contudo, tem o objetivo de submeter a apreciação e considerações de outros pesquisadores mais abalizados no tema.

Barros Martins conta que a partir de 1842 quando o RGPL já estava na Rua da Quitanda n.º 55 “a mocidade começou a dar-se ao estudo das letras [...]”⁹⁷. A mudança deve ter contribuído para o aumento dos freqüentadores. Nesta rua, na primeira metade do século XIX, funcionou o Hotel Horácio, “preferido dos artistas de teatro vindos de Lisboa”⁹⁸, e no mesmo ano que o Gabinete, foi o primeiro endereço dos Irmãos Laemmert, recém chegados da Europa⁹⁹. Na Rua da Quitanda ainda esteve situada a *British Subscription Library*.

As informações fornecidas por Barros Martins abrem processo para uma nova fase do RGPL no que tange aos seus freqüentadores. Aos poucos a Instituição foi se firmando como espaço de sociabilidade, além de “responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre seus freqüentadores”¹⁰⁰. Sua coleção estendeu-se a outros consulentes ávidos e desejosos do que se produzia de novo tanto no país, como principalmente em solo europeu. Lá encontravam periódicos das principais praças da Europa e da América Latina e livros recém lançados aqui e além mar; o perfil do acervo nesse período é moderno e aos poucos adere ao perfil enciclopedista. Os selecionadores do Gabinete acompanharam as demandas de um público leitor que mudava e agregava-se àquele inicial, mas isso será discutido em outra pesquisa.

⁹⁷ BARROS MARTINS, *op. cit.*, 1901, p. 26.

⁹⁸ GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. 5.ª ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000, p. 78.

⁹⁹ *Loc. cit.*

¹⁰⁰ FERREIRA, 1999, p. 103.

À guisa de conclusão

Pela pesquisa empreendida podemos identificar que o perfil dos leitores estava estritamente ligado aos interesses que a colônia no Rio de Janeiro tinha em relação ao letramento em expansão na Europa. Conforme foi verificado na análise procedida junto ao catálogo de 1844, o perfil de suas leituras no âmbito bibliográfico volta-se para a leitura de romances. Na leitura de periódicos buscavam, sobretudo, os comerciais, das praças de Lisboa e Porto, sem, contudo, perderem de vista o mercado interno. A presença de mulheres representou uma grande surpresa, pois não localizamos informações semelhantes a respeito de outros Gabinetes do período.

A elaboração de uma política de seleção do acervo, aliada ao interesse e características do leitor, foi determinante para a evolução da coleção. Sem dúvida, a atenção da diretoria do Gabinete Português de Leitura nesse assunto foi gratulada ao correr dos decênios quando a pequena biblioteca nascida na Rua Direita, n.º 20 se transformou por antonomásia na Biblioteca Portuguesa do Brasil e em metáfora de um verdadeiro “Palácio do Livro”¹⁰¹.

¹⁰¹ SCHAPOCHNIK, *op. cit.*, 1999, p. 114.